

Ata da XIV Conferência Municipal de Assistência Social – Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, aconteceu a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social, às treze horas no auditório do Centro de Convivência dos Idosos – CCI, na Rua Minas Gerais, nº 1150, bairro Nazaré. Trata-se a conferência de Instância de caráter deliberativo e paritário, entre governo e sociedade civil, convocada pelo Conselho Municipal de Assistência Social. De acordo com o Informe CNAS 03/2023, o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS elege como tema para a Conferência de Assistência Social 2023: a "Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos" e abordará 5 (cinco) eixos, sendo eles: Eixo 1 - Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades regionais do país, Eixo 2 - Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas, Eixo 3 – Articulação entre os Segmentos: Como potencializar a participação social no SUAS? Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS e Eixo 5 – Benefício e Transferência de Renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito a garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS. Às treze horas, iniciou-se o credenciamento dos participantes. Após, a senhora Cheile Katia iniciou a conferência, dando as boas vindas a todos, informou o tema, bem como eixos a serem trabalhados, e convidou as autoridades presentes a comporem a mesa de honra, que foi assim composta: Evandro Mees (Vice-Prefeito), Delcir Berta Aléssio (Vereadora Municipal), Adriano Both (Secretário Municipal de Assistência Social), Juliana Vieira Marcolin (presidente do CMAS), Abel de Lima (Representante dos usuários da política de assistência social) e Suzana Medeiros Dal Molin (Palestrante). Com a mesa de honra composta, todos foram convidados a cantar o hino nacional e posteriormente iniciou com a palavra o Secretário de Assistência Social, senhor Adriano Both, que deu as boas-vindas e agradeceu pela participação e presença de todos, e explanou brevemente sobre o tema da Conferência, que falou da importância das Pré Conferências onde foram já tratados dos eixos temáticos, explanou sobre as

conquistas da assistência social e das conquistas que ainda precisam ser alcançadas. Seguindo, a senhora Delcir Berta Aléssio, cumprimentou a mesa de honra, falou da importância de representar a Câmara Municipal de Vereadores, falou dos serviços implantados no município pela secretaria de assistência social e a importância de sua continuidade, mencionou também importância das entidades não governamentais que realizam serviços socioassistenciais, complementando o que é realizado diretamente pelo município. A seguir com a palavra o vice-prefeito, o Senhor Evandro Mees, que cumprimentou a todos os presentes e os membros da mesa de honra, agradeceu a presença. Registrou o excelente trabalho da equipe da assistência social, dos serviços implantados, enalteceu as conquistas adquiridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, (veículos destinados as entidades, CEPAC, construção da sede do Conselho Tutelar) agradeceu, mais uma vez a presença de todos, dos membros das entidades. Na sequência Abel de Lima, adolescente participante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do CRAS, com a palavra falou de sua representatividade dos usuários da política, trouxe a importância dos usuários se reconhecerem enquanto usuários da política de assistência social, assim como da saúde. A seguir, com a palavra, a servidora municipal e presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, senhora Juliana Marcolin, que enfatiza a importância do CMAS, da frequência das reuniões realizadas, e da responsabilidade do CMAS, agradeceu a comissão organizadora da conferência, agradeceu as entidades que receberam as pré-conferências, AMESFI, AMOA, SEMEAR e CAIA, que mobilizaram seus usuários a participarem destes momentos de debate, pontua os avanços da política de assistência social nos últimos anos e demais conquistas já mencionadas pelo senhor Adriano e Evandro, afirmando que o comprometimento das entidades e dos trabalhadores da assistência social faz com que nosso município se destaque regionalmente. Destaca também a importância da participação dos presentes nos trabalhos em grupo, e das propostas que serão aqui colocadas, assim declarou aberta a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Medianeira. Dando sequência à programação, iniciaram-se as apresentações culturais, os idosos do Centro de Convivência ao Idoso – CCI realizaram uma apresentação musical, onde

tocaram e cantaram. A segunda apresentação foi feita pelas alunas do balé ofertado pelo CRAS, acompanhadas da professora Poliana. A terceira apresentação ficou a cargo dos adolescentes do SCFV ofertado pelo CRAS, que cantaram e tocaram uma música com o professor de violão Junior. Em seguida as crianças da turma de Jazz da professora Poliana que frequentam as aulas ofertadas pelo CRAS, apresentaram uma coreografia. Finalizando os idosos do CCI, realizaram apresentação, ensaiados pela professora Soleane. Após, a senhora Juliana procedeu a leitura do Regimento Interno da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Medianeira. Após a leitura, colocou o regimento em votação, aprovado por unanimidade. Passou-se a palavra para a palestrante, Suzana Medeiros Dal Molin, graduada em Serviço Social pela UNIOESTE, com especialização em Fundamentos do Trabalho no Serviço Social pela UNIOESTE, especialização em Gestão em Políticas Sociais pela UNIPAN e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, atuando como Assistente Social no município de Cascavel há 20 anos. Em sua palestra, Suzana enfatiza o discurso do membro da plenária Abel, o qual havia pontuado que devemos conhecer e defender o SUAS, assim como defendemos o SUS. Suzana fala sobre a construção do SUAS, traz o exemplo da construção local, sobre a importância dos pilares de sustentação, que se viesse uma tempestade e destruísse, iríamos buscar reconstruir, e como reconstruir o SUAS? Como reconstruir um sistema, que não é possível pegar com as mãos? Como reorganizar? Sendo o tema da Conferência Reconstrução do SUAS, neste sentido precisamos de pilares de sustentação do sistema SUAS. Primeiramente que o princípio de direito, o qual deve ser um dos pilares para reconstrução do SUAS. Suzana traz um recorte histórico do SUAS, desde sua criação, com as obras de caridade, vista como favor, passando para o assistencialismo, em 1970, a política foi marcada pela repressão, marcado pela criação da FEBEM, até chegar a implantação e regulamentação da assistência social através da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Suzana traz a discussão sobre pobreza, o que de fato significa ser pobre, fala das marcas da pandemia na população a qual trouxe isolamento social, perda de familiares, muitos chefes e provedores de família, traz que nem sempre a violência está diretamente ligada a pobreza, traz exemplos de acolhimento de pessoas com alto poder

aquisitivo devido vivência de situações de abuso e violência. Ainda atrelado a o pós pandemia, tentativas de suicídio, falta de sonhos e perspectivas por parte de muitos jovens, baixa expectativa de vida. A pandemia intensificou e trouxe novas demandas para a assistência social. Coloca a necessidade de trabalharmos numa perspectiva onde se é necessário fortalecer vínculos familiares e comunitários. Sendo o papel dos trabalhadores do SUAS novas estratégias de trabalho, articular a rede de trabalho, com fluxos e protocolos estruturados, onde haja diálogo. Para isto é necessário um processo de capacitação continuada, porque quando se tem uma rede amadurecida, entendemos que somos promotores do direito, que levantem os pilares de sustentação desta política, a fim de ampliar a proteção social no Brasil, o SUAS é dever do Estado e direito do Povo, resultado de momentos como conferências municipais de assistência social. Foi aberta a oportunidade para perguntas, e sem perguntas, foi agradecido a Suzana e a senhora Juliana Presidente do CMAS procedeu a entrega do certificado à palestrante. Realizou-se o intervalo e serviu-se lanche aos presentes. Após intervalo, a senhora Cheile retornou a condução da conferência, a qual fez uma fala de como foi as prévia das pré conferências, e convidou os participantes a se deslocarem aos espaços de cada eixo, conforme indicado nas pastas, juntamente com os coordenadores, para discussão e deliberação das propostas a serem apresentadas. São iniciados os trabalhos em grupo, em que deverão ser elaboradas pelo menos 2 propostas de deliberação para o próprio Município; pelo menos 1 proposta para o Estado e pelo menos 1 proposta para a União. Após a discussão nos grupos a senhora Cheile justifica que em função do horário avançado, a definição dos novos conselheiros será realizada em assembleia a ser chamada pela CMAS. Os coordenadores dos grupos por eixo foram convidados a apresentarem as propostas: Eixo 1 – Financiamento, coordenado por Christiane Zanette Mondardo, assistente social e coordenadora da Secretaria de Assistência Social, Angelo Renato Bizinelli Junior, responsável pelo setor financeiro e orçamentário da Secretaria de Assistência Social e Gleici Maria Variza Borges, auxiliar administrativo. As propostas elencadas nesse eixo foram as seguintes: Prioridades para o Município: 1. Reestruturar e financiar a contratação de maior número de profissionais de equipe técnica para atuar no

órgão gestor da Assistência Social nas direções das proteções sociais, conforme preconiza o SUAS; 2. Garantir a profissionalização da política de Assistência Social, por meio de estratégias de apoio aos entes para a realização de concursos públicos, ampliação de equipes de referência, estruturação, qualificação e valorização dos profissionais do SUAS e implantar e implementar a NOB-RH/SUAS nos municípios com ampliação das equipes de referência e jornada de trabalho de 30h, conforme a LOAS; 3. Ampliar recursos destinados aos benefícios eventuais, com vistas a ampliar anualmente devido o aumento da demanda pelos benefícios. Prioridades para o Estado: 1. Garantir, regularizar e ampliar cofinanciamento estadual de forma regular e permanente dos serviços da proteção social básica e especial programas e projetos de assistência social, conforme determina a LOAS, bem como os benefícios eventuais conforme art. 22 da LOAS, prioritariamente aqueles que possuem leis da assistência social; 2. Assegurar e ampliar o cofinanciamento para a criação e manutenção de serviços regionalizados de proteção social especial de alta complexidade, principalmente para Pessoas com Deficiência para os municípios de pequeno porte. Prioridades para a União: 1. Aplicar 1% da receita corrente líquida para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e garantir que as parcelas do cofinanciamento sejam ininterruptas, reajustando anualmente os valores de acordo com a inflação e os custos reais dos serviços de Proteção Social Básica e Especial (PEC 383/2017); 2. Revisar a NOB-RH/SUAS visando ampliar a quantidade mínima de profissionais de nível superior dos serviços de proteção social básica e especial, principalmente dos equipamentos de CRAS e CREAS, uma vez que a equipe mínima determinada não é o suficiente para atendimento da demanda; 3. Inserir a Política de Assistência Social como área prioritária, assim como saúde, educação, para que haja a possibilidade de realização de concurso e com convocação de RH, independente de limite prudencial conforme previsto na lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o Governo Federal cofinancia o pagamento da equipe de referência. No Eixo 2 – Controle Social, coordenado por Andressa da Rosa Izé, assistente social da entidade SEMEAR, Karina Pinzon, assistente social da entidade AMESFI, Flavio Gedoz, presidente da entidade AMEDEF e Jamile Raduan Naser, coordenadora da AMEDEF. As propostas elaboradas nesse eixo foram as

seguintes: Prioridades para o Município: 1. Incentivar a contratação de um profissional intérprete de LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais, para que usuários surdos possam participar das reuniões dos Conselhos, bem como ser um incentivo para que os mesmos tenham autonomia de buscar por direitos; 2. Aumento da divulgação e publicização das ações do CMAS; 3. Desburocratização em relação aos projetos deliberados pelo CMAS (Conselho é Deliberativo.); 4. Lei que fixa valor percentual de 5% do orçamento do Município para aplicação na Assistência Social. Prioridades para o Estado: 1. Garantir qualificação, capacitação, educação permanente e continuada dos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS, para o fortalecimento do Controle Social; 2. Fixação do orçamento, para teto mínimo, 3% do orçamento estadual para a política de Assistência Social; 3. Buscar meios para ampliar a participação da sociedade nos conselhos. Prioridades para a União: 1. Delegar maior autonomia aos Conselhos Estaduais e Municipais, a partir da análise territorial, para a definição e aplicação dos recursos, garantindo que o Governo Federal desenvolva e cumpra o Plano Nacional de Monitoramento e Avaliação; 2. Ampliação da renda per capita para acesso ao BPC. Extensão do acesso ao BPC por pessoas com comorbidades incapacitantes ao trabalho. O Eixo 3 - Articulação entre os Segmentos, coordenado juntamente com o eixo 2, resultou nas seguintes propostas: Prioridades para o Município: 1. Construir, junto com os usuários, materiais que expliquem melhor os serviços e como acessá-los, sendo estes acessíveis em todas as formas de comunicação, divulgando a Assistência Social por meio de campanhas permanentes para assegurar a participação dos usuários; 2. Efetivar formas eletivas de escolha dos representantes dos usuários nos Conselhos de direitos pelos próprios usuários; 3. Construir, junto com os usuários, materiais que expliquem melhor os serviços e como acessá-los, sendo estes acessíveis em todas as formas de comunicação, divulgando a Assistência Social por meio de campanhas permanentes para assegurar a participação dos usuários; 4. Instituir uma Política Nacional de Comunicação do SUAS e dos direitos de cidadania na área da assistência social, garantindo ampla divulgação sobre os programas, projetos e serviços; 5. Criação de Fórum permanentes dos usuários e entidades, anualmente; 6. Descentralização das reuniões dos Conselhos para garantir a participação do

usuários; 7. Manter as Pré-Conferências a fim de articular os segmentos cada vez mais, considerando as importantes trocas que ocorrem nesses espaços.

Prioridades para o Estado: 1. Ofertar capacitação permanente aos trabalhadores da rede SUAS, através de um Plano de Capacitação com realização de cursos/treinamentos sobre a política de assistência social, instrumentos de gestão, orçamento público, prestação de contas, entre outras. Com atividades práticas do dia a dia e apoiando tecnicamente os municípios, respeitando o porte do município; 2. Ofertar capacitação permanente aos trabalhadores da rede SUAS, através de um Plano de Capacitação com realização de cursos/treinamentos sobre a política de assistência social, instrumentos de gestão, orçamento público, prestação de contas, entre outras. Com atividades práticas do dia a dia e apoiando tecnicamente os municípios, respeitando o porte do município; 3. Maior publicização das informações sobre benefícios e programas para os municípios para a orientação para os usuários, por meio de materiais instrucionais bem descritivos; 4. Realização de fóruns entre trabalhadores do SUAS tanto da esfera pública quanto do terceiro setor, sociedade civil, a fim de trocas de experiências, visando a articulação entre os segmentos, humanizando as relações entre os trabalhadores do SUAS.

Prioridades para a União: 1. Garantir o aumento do financiamento do orçamento nacional para a política de Assistência Social; 2. Criação de orçamentos nacionais e programas voltados para migrantes e imigrantes que estão no país.

O Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos, coordenado por Silvana Mittmann Damaceno – coordenadora do SCFV e Juliana Marcolin – coordenadora do CREAS, teve como propostas:

Prioridades para o Município: 1. Criação de um Fórum Municipal Permanente com objetivo à discussão, organização e planejamento da política municipal de assistência social do município de Medianeira; 2. Implantar o serviço de Vigilância Socioassistencial com objetivo da produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos; 3. Implantar o serviço de acolhimento específico às pessoas com deficiências, proporcionando também a possibilidade de constituição de equipe multiprofissional para atuação com essa demanda. Com parceria de outros municípios através de consórcio intermunicipal; 4. Realizar um diagnóstico socioassistencial do território, com

vistas ao correto direcionamento das políticas públicas, bem como serviços, programas e projetos que se fizerem necessários; 5. Implantar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 18 a 29 anos e para adultos de 30 a 59 anos, priorizando as Pessoas com Deficiência, sem prejuízo aos demais casos previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com vistas à prevenção de situações de isolamento e violações de direitos deste público específico. Prioridades para o Estado: 1. Garantir cofinanciamento estadual para ampliação das equipes de CRAS e CREAS. Prioridades para a União: 1. Garantir cofinanciamento federal para a implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Por fim, o Eixo 5 - Benefício e Transferência de Renda, coordenado por Roseli Spielmann, assistente social do CRAS e Joyce Gracielle Chies Biski, coordenadora do CadÚnico, foram elaboradas as seguintes propostas: Prioridades para o Município: 1. Regulamentar, por meio de decreto, a Lei nº 1.017 de 13 de maio de 2022 – Cartão Humanizar; 2. Acrescentar ao Auxílio Funeral o Cartão Humanizar para custear as despesas com Serviços Funerários; 3. Articular meios para ampliar a Rede Credenciada do Cartão Humanizar com a finalidade de estender para os bairros, cadastrando preferencialmente o comércio local; 4. Definir cronograma fixo de busca ativa em parceria com o Setor CadÚnico a fim de identificar beneficiários não assistidos pela Política de Assistência Social do Município; 5. Prever campanhas informativas para divulgação dos Serviços, Programas e Projetos ofertados pelo CRAS Medianeira; 6. Contratação de 1 profissional de Serviço Social específico para atender as demandas do CadÚnico e Programas de Transferência de Renda; 7. Implantar o Serviço de Vigilância Socioassistencial com a finalidade de subsidiar as ações da Política de Assistência Social do Município. Prioridades para o Estado: 1. Ampliar a renda per capita de enquadramento do Cartão Comida Boa para 1/2 salário mínimo nacional; 2. Aumentar o valor do benefício Cartão Comida Boa para R\$ 150,00 por família. Prioridades para a União: 1. Ampliar a renda per capita para enquadramento do BPC para até 1/2 salário mínimo nacional; 2. Garantir o pagamento de 13º para os Beneficiários do BPC. Na Plenária Final, foram aprovadas as seguintes deliberações, que serão encaminhadas para a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social: Deliberações para o Município: 1.

Garantir a profissionalização da política de Assistência Social, por meio de estratégias de apoio aos entes para a realização de concursos públicos, ampliação de equipes de referência, estruturação, qualificação e valorização dos profissionais do SUAS e implantar e implementar a NOB-RH/SUAS nos municípios com a estruturação das direções de proteção social básica e especial, bem como a vigilância socioassistencial no órgão gestor, respeitando a jornada de trabalho conforme a legislação de cada conselho de classe (Eixo 1); 2. Ampliar recursos destinados aos benefícios eventuais, com vistas a ampliar anualmente devido ao aumento da demanda pelos benefícios (Eixo 1); 3. Lei que fixa valor percentual de 5% do orçamento do Município para aplicação na Assistência Social (Eixo 2); 4. Desburocratização em relação aos projetos deliberados pelo CMAS (Conselho é Deliberativo) (Eixo 2); 5. Construir, junto com os usuários, materiais que expliquem melhor os serviços e como acessá-los, sendo estes acessíveis em todas as formas de comunicação, divulgando a Assistência Social por meio de campanhas permanentes para assegurar a participação dos usuários (Eixo 3); 6. Criação de Fórum permanentes dos usuários e entidades, anualmente (Eixo 3); 7. Implantar o serviço de acolhimento específico às pessoas com deficiências, proporcionando também a possibilidade de constituição de equipe multiprofissional para atuação com essa demanda. Com parceria de outros municípios através de consórcio intermunicipal (Eixo 4); 8. Implantar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 18 a 29 anos e para adultos de 30 a 59 anos, priorizando as Pessoas com Deficiência, sem prejuízo aos demais casos previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com vistas à prevenção de situações de isolamento e violações de direitos deste público específico, com oferta de transporte devido à dificuldade de locomoção desse público (Eixo 4); 9. Regular os critérios da Lei Municipal nº 1.017 de 13 de maio de 2022, que institui o Programa de Transferência de Subsídio Financeiro Cartão Humanizar, por meio de decreto, a fim de respaldar a concessão dos benefícios eventuais, em todas as suas modalidades, inclusive do auxílio-funeral, através do cartão magnético. Além de dispor sobre a obrigatoriedade da empresa licitada, para fornecimento do cartão magnético, credenciar estabelecimentos de todas as regiões do município, fomentando o comércio local e facilitando o acesso dos

usuários (Eixo 5); 10. Contratação, através de concurso público, de 1 profissional de Serviço Social específico para atender as demandas do CadÚnico e Programas de Transferência de Renda (Eixo 5).

Deliberações para o Estado:

1. Assegurar e ampliar o cofinanciamento para a criação e manutenção de serviços regionalizados de proteção social especial de alta complexidade, principalmente para Pessoas com Deficiência para os municípios de pequeno porte (Eixo 1);
2. Fixação do orçamento, para teto mínimo, 3% do orçamento estadual para a política de Assistência Social (Eixo 2);
3. Realização de fóruns entre usuários e trabalhadores do SUAS tanto da esfera pública quanto do terceiro setor, sociedade civil, a fim de trocas de experiências, visando a articulação entre os segmentos, humanizando as relações entre os trabalhadores do SUAS (Eixo 3);
4. Garantir, regularizar e ampliar cofinanciamento estadual de forma regular e permanente dos serviços da proteção social básica e especial programas e projetos de assistência social, conforme determina a LOAS, bem como os benefícios eventuais conforme art. 22 da LOAS, prioritariamente aqueles que possuem leis da assistência social (Eixo 4);
5. Ampliar a renda per capita de enquadramento do Cartão Comida Boa para 1/2 salário mínimo nacional, e aumentar o valor do benefício Cartão Comida Boa para R\$ 150,00 por família, considerando o aumento do custo de vida e a insegurança alimentar (Eixo 5).

Deliberações para a União:

1. Aplicar 1% da receita corrente líquida para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e garantir que as parcelas do cofinanciamento sejam ininterruptas, reajustando anualmente os valores de acordo com a inflação e os custos reais dos serviços de Proteção Social Básica e Especial (PEC 383/2017) (Eixo 1);
2. Delegar maior autonomia aos Conselhos Estaduais e Municipais, a partir da análise territorial, para a definição e aplicação dos recursos, garantindo que o Governo Federal desenvolva e cumpra o Plano Nacional de Monitoramento e Avaliação (Eixo 2);
3. Criação de orçamentos nacionais e programas voltados para migrantes e imigrantes que estão no país (Eixo 3);
4. Garantir cofinanciamento federal para a implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (Eixo 4);
5. Ampliar a renda per capita para enquadramento do BPC para até 1/2 salário mínimo nacional e garantir o pagamento de 13º para seus beneficiários (Eixo 5).

Findada esta etapa,

passou-se à escolha dos delegados para a 14º Conferência Estadual de Assistência Social, a senhora Cheile explicou que o Conselho Estadual de Assistência Social define as vagas, sendo que, neste ano, as vagas destinadas para Medianeira serão para representantes governamentais, colocaram-se a disposição, a psicóloga do CRAS Luciane Smolark Rodrigues e a assistente social da Secretaria de Saúde Marli Alamini Serraglio, ficando eleitas, respectivamente, delegada titular e suplente. Nada mais havendo a tratar, a senhora Juliana Marcolin, agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social, e eu, Silvana Mittmann Damaceno encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes conforme a lista de presença.